



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

Projeto de Lei n.º 11, de 30 de março de 2021.

“Dispõe sobre revisão geral das remunerações dos servidores públicos do Município de Careagu e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Careagu/MG., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral dos subsídios dos servidores públicos do Município de Careagu/MG, à razão de 4,52% (quatro vírgula cinquenta e dois por cento), a partir de 01 de abril de 2021, nos termos do inciso X, do art. 37, da Constituição Federal e da Lei Municipal nº 1229, de 25 de maio de 2005.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Careagu, Estado de Minas Gerais, 30 de março de 2021.



TOVAR DOS SANTOS BARROSO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

Justificativa

Senhores Vereadores, a aprovação do presente Projeto de Lei é de uma necessidade imperiosa. Senão vejamos:

O inciso X, do art. 37, da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, determinou que se faça anualmente a revisão geral da remuneração dos servidores públicos e dos subsídios de que trata o art. 39, § 4º, nos seguintes termos: “X- a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, **assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;**”

O dever de realizar revisão geral, ensina **Cármem Lúcia Antunes Rocha** “veio como uma garantia necessária numa economia frágil como a brasileira e que vinha, em toda a história republicana, ***convivendo com índices inflacionários que mínguem o valor da moeda e o desbastam por essa contingência financeira.***” (Princípios Constitucionais dos Servidores Públicos, pg. 323)

Esse princípio, assevera **Maurício Antônio Ribeiro Lopes**: “da anualidade da revisão remuneratória obriga a Administração a, pelo menos uma vez por ano, e no mínimo na mesma data, prover o reajuste compensatório das desvalorizações da moeda que sofreram o salário e o subsídio. Pode a Administração conceder reajustes em periodicidade inferior a um ano, ***jamais superar a data limite fixada como de***



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

interregno de doze meses para a revisão.” (Comentários à Reforma Administrativa, ed. RT, 1ª ed., 2ª tiragem, pg. 122)

A revisão geral anual da remuneração tem como objetivo, no dizer da Profª **Dinorá Aelaide Musetti Grotti**, “a sua atualização, de modo a acompanhar a evolução do poder aquisitivo da moeda; se assim não fosse, não haveria razão para tornar obrigatória a sua concessão anual, no mesmo índice e na mesma data para todos. Essa revisão anual constitui direito dos servidores ...” (Retribuição dos Servidores: Análise dos incs. X a XV do art. 37 CF, com as modificações introduzidas pela Emenda Constitucional da Reforma Administrativa, in CDCCP, nº 24 pgs. 51/61, ed. RT, 1998).

Cumprе destacar que, o disposto no art. 8º, VIII, da LC 173/2020 não veda a revisão geral anual, desde que não seja superior a variação da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), observada a preservação do poder aquisitivo, nos termos do art. 7º, IV, da Constituição Federal.

Na Consulta n. 1095502, o eg. TCEMG firmou o seguinte entendimento: **TCEMG**: “CONSULTA. SERVIDOR PÚBLICO. CONCESSÃO DE REVISÃO GERAL ANUAL. GARANTIA CONSTITUCIONAL. NECESSIDADE DE PROJETO DE LEI, DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA E PREVISÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS. ART. 37, X, DA CR/88 E TEMA 864 DO STF. LEI COMPLEMENTAR N. 173/2020. POSSIBILIDADE. 1. Não obstante a situação excepcional vivenciada em decorrência do enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2, é possível conceder revisão geral anual aos servidores públicos, observado o limite disposto no art. 8º, inciso VIII, da Lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

Complementar n. 173/2020, por se tratar de garantia constitucional, assegurada pelo art. 37, inciso X, da CR/88, que visa a recomposição das perdas inflacionárias ocorridas em razão da desvalorização do poder aquisitivo da moeda em determinado período, não se tratando, pois, de aumento real, somando-se ao fato de a revisão não estar abarcada pelas vedações instituídas pela Lei Complementar n. 173/2020. 2. A aplicabilidade do direito à revisão geral anual dos servidores públicos depende de propositura do projeto de lei de revisão, mais, de dotação na Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como de previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da CR/88 e da tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, com repercussão geral, Tema n. 864 de 2019.” (Proc. 1095502, Rel. Cons. **Sebastião Helvecio**, j. 16/12/20).

É forçoso reconhecer, pois, que a revisão anual da remuneração dos servidores, visando recompor a perda do poder aquisitivo, é um dever da Administração e um **direito dos servidores**. Agora, por força de norma constitucional (inciso X, do art. 37, da CR/88).

Noutro giro, a revisão geral anual tem previsão da Lei Orçamentária Anual (LOA - LM xxx/2020) e no art. 36, § 1º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - LM 1592/2020), o limite de folha está dentro do estabelecido pela LRF, e o impacto econômico-financeiro resta demonstrado pelos documentos contábeis, que seguem anexos. Atendendo, assim, os ditames legais.

Mais do que, certo, pois, o dever da Administração Municipal de, em cumprimento ao inciso X, do art. 37, da CF/88, efetuar a revisão geral da remuneração dos servidores e dos subsídios,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

para recompor o valor da perda aquisitiva da moeda. Fixando a data de revisão.

Pelo que, contamos com a costumeira colaboração dos nobres Vereadores desta honrada Casa das Leis, para apreciação, votação e aprovação do presente Projeto de Lei, regulamentando assim, a matéria no âmbito municipal.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para apresentar a Vossas Excelências, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração, o que estendemos aos seus Nobres Pares.

Atenciosamente

Careaçu/MG, 30 de março de 2021.

Tovar dos Santos Barroso
- Prefeito Municipal -

ESTIMATIVA IMPACTO-FINANCEIRO ORÇAMENTÁRIO

I - CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA

Órgão responsável pela despesa: Executivo Municipal de Careagu/MG

Objeto das despesas: Recomposição - Vencimentos e Vantagens

Valor Estimado das despesas: R\$ 398.282,72 (Trezentos e noventa e oito mil duzentos e oitenta e dois reais e setenta e dois centavos).

Fonte de recursos: 100,101,102,118,119

Dotação orçamentária: função: Geral

Natureza da despesa: Obrigatória de caráter continuado

II - DESPESA

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO (EM R\$398.282,72)

Metodologia de cálculo: A metodologia de cálculo utilizada foi a apuração do valor anual das despesas incluindo encargos patronais e desconsiderando agentes políticos sobre o percentual do IPCA/IBGE alíquota 4,52% ano, Executivo Municipal no exercício. A apuração das receitas de 2020, observado os valores correntes constantes do Balancete da Receita Contábil Líquida até mês de dezembro/2020.

DECLARAÇÃO

Declaração, nos termos do §2º do art. 17 da Lei Complementar nº 101 de 05 de maio de 2000, que a despesa ora criada/aumentada não afetará a execução orçamentária, uma vez que seus efeitos financeiros serão absorvidos através do orçamento vigente.

Careagu, 16 de março de 2021

SANDRO BATISTA
FERNANDES:75832780663

Assinado de forma digital por SANDRO
BATISTA FERNANDES:75832780663
Dados: 2021.03.31 14:15:45 -03'00'

Sandro Batista Fernandes
Contador Responsável

III - DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Declaramos, para fins de cumprimento ao disposto nos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que a despesa supramencionada tem dotação específica e suficiente, estando adequada orçamentária e financeiramente com a Lei Orçamentária Anual e compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Careagu, 16 de março de 2021.

SANDRO BATISTA
FERNANDES:75832780663

Assinado de forma digital por SANDRO
BATISTA FERNANDES:75832780663
Dados: 2021.03.31 14:16:04 -03'00'

Sandro Batista Fernandes
Contador Responsável

ESTIMATIVA DE IMPACTO FINANCEIRO APLICANDO REPOSIÇÃO DOS VENCIMENTOS

Denominação	<u>Vencimentos</u> <u>acumulados</u>	% de AUMENTO REAL
Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 9.223.979,27	
(-) agentes políticos	R\$ 412.414,57	
<i>Sub Total</i>	R\$ 8.811.564,70	
% e valor de acréscimo em folha/ano	R\$ 398.282,72	4,52 (IPCA)
<i>Sub Total</i>	R\$ 9.209.847,42	
Total base (+) agentes políticos	R\$ 9.622.261,99	
<i>RCL/2020/ano</i>		R\$ 24.735.894,11
<i>Impacto (%) RCL-2020</i>	38,90	

Careaçu, 16 de Março de 2021.

SANDRO BATISTA
 FERNANDES:75832780663
 Sandro Batista Fernandes
 Contador Responsável

Assinado de forma digital por SANDRO
 BATISTA FERNANDES:75832780663
 Dados: 2021.03.31 14:16:19 -03'00'